

imprensa e a todos que contribuíram para que os trabalhos da CPI fossem concluídos. O Senhor Presidente justificou a ausência da Vereadora Noemia Rocha e convocou Reunião Administrativa para a próxima quarta-feira, dia 30 de outubro, após a Sessão Plenária, esclarecendo que a CPI do Transporte Coletivo realizou 15 Reuniões Ordinárias, 13 Extraordinárias, 4 diligências e 110 horas de depoimentos onde foram ouvidos 26 convidados, informando, também, que o Relatório final será apresentado dentro de 15 dias, o qual será encaminhado ao Ministério Público e à Prefeitura Municipal de Curitiba para medidas cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta Comissão que investigou as irregularidades no Transporte Coletivo de Curitiba.

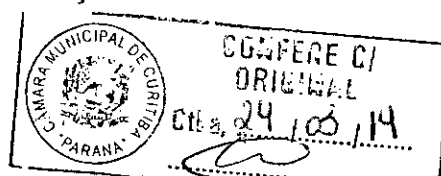
### 3.3 DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À CPI.

- Documento do SINDIMOC. Entregues à Comissão no dia 05/07/2013 pelo Presidente Paulo Salamuni.
- Documento - "Mobilizações populares exigem mudanças urgentes".
- Documento FUSPAR – cópia de ofício enviado ao Prefeito.
- Resposta ao ofício P/453/2013- 16/13 encaminhado ao Presidente da URBS – entrega do relatório Final da Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo de Curitiba.
- Solicitação de Informação do Cidadão – Sr. Rubens Santarém Júnior.
- Documento entregue pelo senhor Afonso Mazur dirigido à URBS.
- Ofício enviado pela FUSPAR requerendo a inclusão da federação na discussão da CPI.
- Solicitação de Informação do Cidadão – Sr. Marcelo.
- Esclarecimentos da SETRANSP.
- Nota pública da Frente de Luta Transporte sobre a CPI da URBS.
- Carta a CMC.
- Abaixo assinado dos funcionários da URBS.
- Manifesto dos funcionários da URBS.



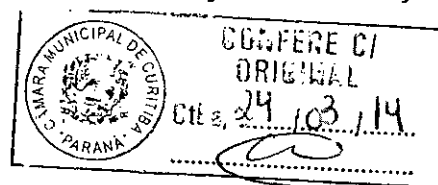
*[Handwritten signature]*

- Ato nº 66/2009 da URBS – designação de Comissão Especial de recebimento, análise e julgamento da Licitação, Processo nº 100/2009.
- Ato nº 67/2009 da URBS – designação de Comissão Técnica incumbida da promoção de estudos voltados a atuação da Comissão Especial de Licitação, Processo nº 100/2009.
- Autos de infração cancelados da URBS.
- Autos de infração disponibilizados pelo Dr. Rodrigo Binoto na reunião do dia 01/08/2013.
- Anexo XIII ao Contrato de Gestão firmado entre a URBS e o ICI disponibilizado pelo Dr. Rodrigo Binoto na reunião do dia 01/08/2013.
- Protocolo de Entrega de Documentos. 1) Demonstrativos de Receitas e Despesas. 2) Balanços Patrimoniais 3) DFC- Demonstrações de Fluxos de Caixa (Método Indireto). 4) DMPL- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido. 5) Notas Explicativas.
- Documento entregue ACP indicando membro para acompanhar os trabalhos da CPI.
- Documentos entregue pelo SETRANPS – 055/2013 , 057/2013.
- DVD documentos digitalizados SETRANSP.
- Documento entregue pelo Sr. Edmundo Rodrigues da Veiga Neto.
- CD contendo reclamações registrados pelos usuários do transporte coletivo- 01/01/2012 a 31/07/2013.
- Ofício P/607/2013 em resposta ao Ofício nº 1086/2013- DAP/SE ( Comissão Especial de recebimento, análise e julgamento da Licitação, Comissão Técnica incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da Comissão Especial de Licitação.)
- Contrato DATAPROM e ICI.
- Contrato de Prestação de Serviços e de Locação de Equipamentos entre ICI e DATAPROM.
- Documento entregue pela DATAPROM (Prova da Inidoneidade do Sr. Wanderlei Dos Santos( Proprietário da Empresa Enterhelp)
- Documento entregue pela DATAPROM (Sacha Reck é processado pelo Ministério Público por Improbidade Administrativa)
- Documento entregue pela DATAPROM ( Diferenças entre o contrato da



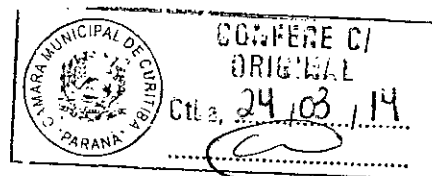
DATAPROM com as empresas de ônibus e o contrato da Enterhelp com as empresas de ônibus)

- Documento entregue pela DATAPROM ( Contratos DATAPROM e Empresas de ônibus.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...)- Araucária Transporte Coletivo.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...) - Auto viação Santo Antônio.
- Documentos entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...) - Expresso Azul LTDA.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...)- Leblon Transporte.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...) - Viação Tamandaré.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...) - Consórcio Pioneiro.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços...)- Consórcio Pioneiro " Transbus".
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Consórcio Pontual ( DATAPROM E SETRANSP.)
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Empresa de ônibus Campo Largo.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Auto Viação São José Dos Pinhais.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços... ) Empresa de ônibus São Braz LTDA.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Auto Viação Antonina.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Viação Piraquara LTDA.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) - Viação Nobel LTDA.
- Documento entregue pela DATAPROM ( Contrato de Prestações de Serviços ...) Viação Do Sul LTDA.



Handwritten signature or initials.

- Contrato DATAPROM ( Validadores que desligam por falta de energia.)
- Certidão Simplificada ( Junta Comercial Do Paraná.)
- Documento entregue pelo Sr. Marcos Isfer na reunião do dia 19/09/2013(Lista)
- Documento da Sra. Cássia Ricardo de Aragão para o Ver. Jorge Bernardi.,
- Projeto de Passe Livre. ( Exposição de Motivos).
- Edital/Convite para aprovação do Estatuto e eleição da diretoria da Associação dos usuários do Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana.
- Documento Legislação ( Lei Ordinária nº 7.481) Entregues por José Severino da Silva Felinto no dia 03/10/2013.
- Documento STP 083/2013. Ao Ver. Jorge Bernardi ( SETRANSF)
- Documento STP 058/2013 E STP 059/2013. Aos Srs. Rodrigo Binotto Grevetti e Wilhelm Milward Meiners. ( Assunto: Manutenção do Sistema de Bilhetagem – SETRANSF)
- Ofício DAF/140/2013- Ao Sr. Dante José Gulin ( Presidente do SETRANSF)
- Documento STP 092/2013 - ( SETRANSF) – Ref.: Ofício nº 1430/2013-DAP/SE.
- Ofício nº142/2013 (DATAPROM) em resposta ao Ofício nº 1432/2013-DAP/SE.
- Termo de Autorização para Obtenção de Fotocópias de Documentos da CPI. 14/10/2013.
- Declaração do Sr. Lessandro Milani Zem.
- Declaração do Sr. Wanderlei Dos Santos.
- Documentos entregues pelo Sr. Wanderlei Santos ( Ata nº3- Reunião da CWBUS/SETRANSF COM AS EMPRESAS ENTERHELP, URBS E ICI.)
- Documento da W.S LIMA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. ( ENTERHELP) Ao Ver. Jorge Bernardi.
- Documento (DATAPROM) - Ref. Contradições entre os depoimentos do Sr. Wanderlei dos Santos(ENTERHELP) e do Sr. Alberto Muad Abujamra ( DATAPROM).
- Declaração do Sr. Bihl Elerian Zanetti.
- Declaração do Sr. Antônio José Vellozo.

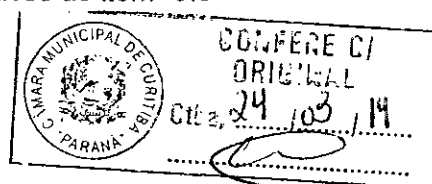


- Documento para o Sr. Luciano Ducci. Entregue pelo Sr. Lubomir Ficinski Dunin.
- Sumário da Ata da 802ª Reunião da Diretoria ( URBS)- Entregue pelo Sr. Lubomir Ficinski Dunin.
- Documento do SINDIMOC- Entregue pelo Sr. Anderson( Presidente do SINDIMOC)
- Metodologia do trabalho do SINDIMOC
- Documento para o Sr. Luciano Ducci. Entregue pelo Sr. Lubomir Ficinski Dunin.
- Sumário da Ata da 802ª Reunião da Diretoria ( URBS)- Entregue pelo Sr. Lubomir Ficinski Dunin.
- Metodologia do trabalho do SINDIMOC
- Requerimento do Sr. Afonso Mazur, requerendo pagamento de salários atrasados de 7 anos, os quais não foram repassados pela URBS para a empresa na qual trabalhava.

### 3.4 DOS IMPORTANTES REQUERIMENTOS NÃO RESPONDIDOS.

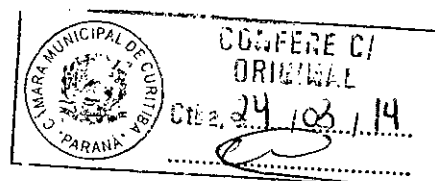
Durante os trabalhos da CPI foram feitos vários requerimentos, todavia, alguns não tiveram resposta, os quais seguem abaixo:

Número	Ementa	Data
410.00052.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas, pelas empresas de transporte coletivo do Município de Curitiba e pelos consórcios, informações sobre admissões e demissões no sistema de transporte coletivo de Curitiba.	27/08/2013
410.00051.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, informações sobre a rentabilidade do ISS, recolhido diariamente junto às empresas de transporte, desde o ano de 2010.	27/08/2013
410.00085.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, todas as despesas contidas na planilha de gastos pagos pelo FUC de julho/2012 até julho/2013.	26/09/2013
410.00084.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, o valor pago a cada empresa e/ou consórcio mensalmente por meio do FUC de julho/2012 a julho/2013.	26/09/2013
410.00020.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que as Empresas participantes dos consórcios do transporte público apresentem, para além dos balanços contábeis, a completa movimentação financeira, em especial os gastos com insumos de toda ordem, acompanhada da respectiva conciliação bancária.	26/07/2013
410.00017.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a discriminação dos custos relativos ao item "5.6 -	26/07/2013



Handwritten signature and initials.

	Pessoal da Administração com encargos sociais" divulgados na "Planilha de Remuneração da Empresas"	
410.00007.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas, pelas empresas de transporte coletivo do Município de Curitiba e pelos consórcios, informações sobre a sua evolução patrimonial e endividamento.	22/07/2013
410.00081.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam encaminhados a DATAPROM os seguintes questionamentos.	19/09/2013
410.00073.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a empresa Dataprom informe qual é a margem de lucro no contrato firmado com o Instituto Curitiba de Informática - ICI.	19/09/2013
410.00072.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a empresa Dataprom forneça uma planilha contendo todos os contratos firmados com a URBS e a Prefeitura Municipal de Curitiba.	19/09/2013
410.00071.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte de Curitiba que seja solicitado à Junta Comercial do Paraná o nome dos sócios - Pessoas Físicas- das empresas que fazem parte do corpo societário das Concessionárias do Transporte Coletivo de Curitiba	18/09/2013
410.00043.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba cópia do relatório contábil-financeiro apresentado pelo SETRANSP.	16/08/2013
410.00037.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba dados relativos ao serviço ATENDE.	07/08/2013
410.00029.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, o encaminhamento de ofício ao Sr, Alberto Mauad Abujamra, para prestar esclarecimentos à esta CPI.	07/08/2013
410.00059.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações à URBS sobre à implantação de painéis luminosos (PMV) pertencentes ao sistema integrado de monitoramento.	05/09/2013



B

## 4. RELATORIO DA CPI

### 4.1 DAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE LICITAÇÃO

#### 4.1.1 Breves considerações sobre a Licitação

Segundo o conceito de Hely Lopes Meirelles<sup>2</sup>:

*"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos."*  
(grifou-se)

A licitação se reflete no procedimento constitucionalmente previsto com vistas à garantia da competição isonômica entre aqueles que podem oferecer determinados bens ou serviços à Administração Pública, bem como para a contratação de obras e para a alienação de bens públicos. Nas palavras de Marçal Justen Filho, a licitação constitui o:

*"procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica."*

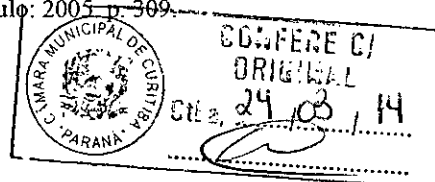
Trata-se, assim, de procedimento administrativo conduzido por um órgão específico, geralmente uma comissão permanente de licitação. O dever de licitar constitui uma exigência constitucional, conforme se observa do art. 37, XXI, da Constituição Federal:

Art. 37.

(...)

<sup>2</sup> Meirelles Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 24. ed. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balesteiro Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, 1999, p. 246.

<sup>3</sup> Justen Filho . Marçal, *Curso de direito administrativo*. Ed. Saraiva, São Paulo: 2005, p. 309.



*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A Lei nº. 8.666 de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu em seu art. 1º e 2º, normas gerais sobre licitações e contratos administrativos referentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

*Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

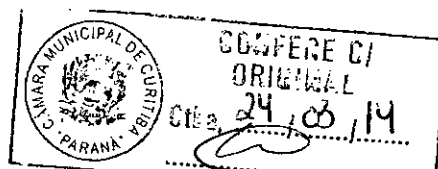
*Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

*Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.*

O artigo 3º da referida lei traz os princípios que norteiam o processo licitatório:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (destacou-se)*

Consideram-se responsáveis pela licitação, os agentes públicos designados pela autoridade competente, mediante ato administrativo próprio, para integrar comissão de licitação. A comissão de licitação é criada pela Administração



*[Handwritten signature]*



com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e às licitações nas modalidades de concorrência, tomada de preço e convite, podendo esta ser permanente ou especial, conforme dispõe o art. 6º, inciso XVI, da Lei 8.666/93.

O procedimento licitatório é disciplinado pela Lei 8.666/93, mas também por atos administrativos normativos. O ato convocatório da licitação define o objeto, estabelece pressupostos de participação e regras para julgamento.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro<sup>4</sup>:

*Pela licitação, a Administração abre a todos os interessados que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de apresentação de proposta. Quando a Administração convida os interessados pela forma de convocação prevista na lei (edital ou carta-convite), neste ato convocatório, vêm contidas as condições básicas para participar da licitação, bem como as normas a serem observadas no contrato que se tem em vista celebrar; o atendimento à convocação implica a aceitação dessas condições por parte dos interessados. Daí a afirmação segundo o qual o edital é a lei da licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições, nem o particular pode apresentar propostas ou documentação em desacordo com o exigido no ato de convocação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente.*

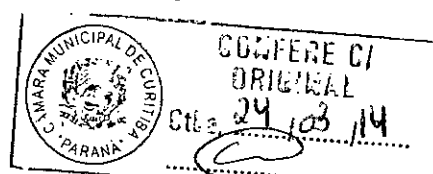
#### 4.1.2 Os princípios que regem a licitação

Conforme os ensinamentos da autora Maria Sylvia Zanella di Pietro, os princípios que norteiam a licitação são:

–**Princípio da Igualdade** - constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos interessados em contratar. Esse princípio, que está hoje expresso no art. 37, XXI da CF, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.

–**Princípio da Legalidade** - a licitação é um procedimento inteiramente vinculado à lei, todas as suas fases estão rigorosamente disciplinadas na Lei nº. 8.666/93.

<sup>4</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.300.



–**Princípio da Impessoalidade** - está intimamente ligado aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo: todos os licitantes devem ser tratados igualmente, nos termos de direitos e obrigações, devendo a Administração, em suas decisões, pautar-se por critérios objetivos, sem levar em consideração condições pessoais do licitante ou vantagens por ele oferecidas, salvo as expressamente previstas na lei ou no instrumento convocatório.

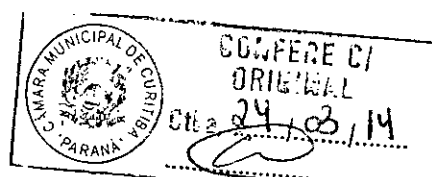
–**Princípio da Moralidade e da Probidade** - exige da Administração comportamento não apenas lícito, mas também consoante com a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e equidade, a ideia de honestidade.

–**Princípio da Publicidade** - diz respeito não apenas a divulgação do procedimento para conhecimento de todos os interessados, como também aos atos da Administração praticados nas várias fases do procedimento, que podem e devem ser abertas aos interessados, para assegurar a todos a possibilidade de fiscalizar sua legalidade. A publicidade é tanto maior quanto maior for a competição propiciada pela modalidade de licitação; ela é a mais ampla possível na concorrência, em que o interesse da Administração é o de atrair maior número de licitantes, e se reduz ao mínimo no convite, em que o valor do contrato dispensa maior divulgação. É o princípio que abrange desde os avisos de sua abertura até o conhecimento do edital e seus anexos, o exame da documentação e das propostas pelos interessados e o fornecimento de certidões de quaisquer peças, pareceres ou decisões com ela relacionadas.

–**Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório** - trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além do art. 3º da lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o art. 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com critérios de avaliação constantes no edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório.

–**Princípio do Julgamento Objetivo** - quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, está assente seu significado: o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.

–**Princípio da Adjudicação Compulsória** - significa que a administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor. A



Adjudicação ao vencedor é obrigatória, salvo se este desistir expressamente do contrato ou o não firmar no prazo prefixado, a menos que comprove justo motivo. A compulsoriedade veda também que se abra nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior.

–**Princípio da Ampla Defesa** - na vigência da nova Constituição, o artigo 5º., inciso LV, torna indiscutível a exigência de observância desse princípio, com os meios e recursos a ele inerentes e também do princípio do contraditório, em qualquer tipo de processo administrativo em que haja litígio.

#### **4.1.3 Os vícios encontrados no procedimento licitatório. Indícios de fraude.**

##### **4.1.3.1 – Edital de Licitação. Descumprimento do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93 .**

Conforme divulgado no sítio eletrônico da URBS<sup>5</sup>, foi realizado o processo de licitação relacionado ao Edital de Concorrência n.º 005/2009, Processo n.º 100/2009 – ALI/DTP da URBS, que outorgou a concessão da prestação e exploração dos serviços de transporte coletivo público urbano de passageiros no Município de Curitiba.

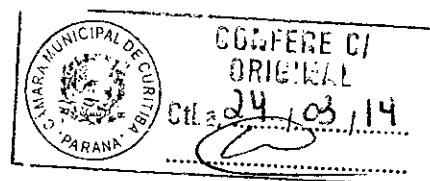
Ao analisar os documentos apresentados e depoimentos prestados nas reuniões realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, constatou-se uma série de indícios de irregularidades no processo licitatório que maculam todo o certame.

Dentre os indícios de irregularidades encontrados se destacam procedimentos e decisões que podem acarretar na anulação dos contratos de concessão, inclusive com a responsabilização de alguns membros que compuseram a comissão de licitação.

Como já mencionado, o art. 3º da Lei nº. 8.666 de 1993 traz os princípios que pautam a licitação, dentre eles o princípio da legalidade, onde devem ser observadas determinadas formalidades previstas na Lei das Licitações para que o certame seja considerado isento de vícios.

Durante a oitiva das pessoas convocadas a prestar depoimento para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, somado à análise dos documentos apresentados, foi constatado forte indício de irregularidade como, o direcionamento do

<sup>5</sup> <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/institucional/licitacoes/HOMOLOGADAS>. Acesso em data de 06/11/2013, às 15h40.



Edital de Concorrência visando o favorecimento das empresas que já operavam o transporte coletivo em Curitiba, vejamos:

Na 11ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba realizada em data de 26/09/2013 foi ouvida a **Doutora Marilena Indira Winter, Diretora Jurídica da URBS à época**, do seu depoimento, destaca-se o trecho abaixo colacionado que demonstra a obrigatoriedade da emissão de parecer após procedidas modificações substanciais no edital de licitação:

(...)

O SR. PRESIDENTE:- A senhora participou da elaboração do edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, participei.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora aprovou o parecer da análise jurídica do processo administrativo sem 2009, ou o encaminhamento em 18 de dezembro de 2009?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- O parecer de 18 de dezembro de 2009, e a senhora aprovou e assinou, colocou o seu, de acordo, no referido parecer na mesma data, no dia 18 de dezembro de 2009?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Correto.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora participou da elaboração desse parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, porque na verdade essas questões eram bastante discutidas, internamente. As questões jurídicas do departamento eram plenamente debatidas e dialogadas com os advogados.

O SR. PRESIDENTE:- Quem mais participou da elaboração desse parecer, além da senhora?

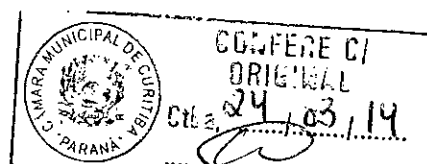
A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O autor do parecer que é o Dr. Rodrigo Grevetti.

O SR. PRESIDENTE:- Por ser uma parecer tão importante, a senhora considera que o tempo para analisá-lo, ou seja, no mesmo dia em que ele foi elaborado, foi suficiente para fazer uma análise dos inúmeros autos daquele processo de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Plenamente suficiente, porque na verdade, essa análise foi feita ao longo do tempo, porque na medida como afirmei anteriormente, nós acompanhamos esse processo, até então.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora se recorda do que dizia o parecer, o encaminhamento do parecer denº100, 2009 nas suas conclusões?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não tenho de memória exatamente ou textualmente qual era o conteúdo. Mas, o objetivo desse parecer como todo parecer, proferido na licitação. Ele é VERIFICAR A QUESTÃO DA LEGALIDADE, do edital e como compete ao setor jurídico, prestar orientações, solicitar esclarecimentos, fazer encaminhamentos. Então, esse parecer



especificamente ele fez isso. Analisamos alguns pontos (C) do edital. O edital foi plenamente analisado pelo jurídico, mas alguns pontos foram formalmente registrados no parecer e sobre alguns aspectos especificamente foram solicitados encaminhamentos à área de licitações.

O SR. PRESIDENTE:- Vou ler para a senhora as conclusões do parecer que tem o seu despacho. (Lê: "Conclusões. Ante a tudo o que foi exposto, conclui-se que, até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO poderá lograr prosseguimento. É o parecer". Rodrigo Binotto Grevetti.) Foi isso mesmo que a senhora homologou?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora poderia nos dizer um sinônimo de inconformidade? O que significa o termo inconformidade levantado aqui pelo Dr. Rodrigo Binotto com o despacho favorável de V.Sa.?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pois não. Inconformidade é aquilo que de alguma maneira não atende ou a alguma formalidade ou a alguma prescrição normativa.

O SR. PRESIDENTE:- Em termos jurídicos é correto afirmar que inconformidade significa irregularidades, algo que está errado, distorcido, divergências, falta de cumprimento de requisito obrigatório?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, pode significar isso.

O SR. PRESIDENTE:- Pergunto a senhora, o que é uma licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- É um procedimento administrativo para estabelecer regras atinentes a algum tipo de contratação de bens ou serviços pelo qual se instaure a concorrência por um objeto contratado ou a ser contratado pela administração pública. Em linhas muito gerais.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Pergunto também o que é um parecer na sua essência, conforme exige o Artigo 38, Parágrafo Único da Lei 8666, de 1994, a Lei das Licitações.

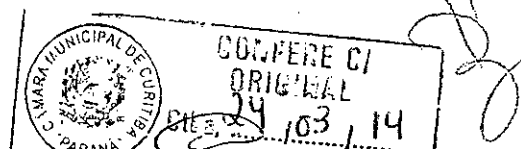
A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O artigo que V.Exa. cita é o parecer jurídico da assessoria. Um parecer é um opinativo técnico jurídico que tem por escopo orientar o gestor público, podendo também solicitar providências e apontar as características legais desse edital. Esse artigo especificamente refere-se a um parecer jurídico proferido no processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE:- Dra. Marilena, é correto afirmar que qualquer alteração no edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba foi irregular, aquele que foi publicado, por não passar pela análise e aprovação jurídica do departamento jurídico da Urbs e que essas alterações feriram a Lei 8666, no seu Artigo 38, Parágrafo Único?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Alterações realizadas no edital após a análise jurídica deveriam ser submetidas novamente ao departamento jurídico, com certeza. E isso também constitui algum descumprimento dessa formalidade, especificamente do Artigo 38 da Lei 8666.

O SR. PRESIDENTE:- Seria uma irregularidade, uma inconformidade, conforme apontou o Dr. Rodrigo Grevetti e V.Sa. subscreveu?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, é uma desconformidade. Uma não conformidade, para ser mais exata. Agora, eu gostaria só de fazer um apontamento aqui, que essa



*desconformidade implica no descumprimento de uma formalidade legal. Isso é importante que se diga. E é importante que se diga também que o fato em si (V) não foi analisado neste parecer. Só faço este esclarecimento porque V.Exa faz a colocação que eu ratifiquei, mas mas este fato em si não foi objeto desse parecer.*

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar que qualquer alteração na minuta deveria ser acompanhada de uma análise de aprovação jurídica. A senhora já disse isso na outra pergunta mas gostaria de reiterá-la. Qualquer alteração no edital que foi publicado deveria ser acompanhado de um parecer jurídico sobre essa..

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Deveria ser submetido a uma nova análise jurídica.  
**SIM.**

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. A senhora sabe as razões pelas quais o Presidente da Comissão de Licitação não obedeceu a determinação do parecer jurídico da Urbs sobre a análise da minuta do edital de licitação, assinada pelo advogado Dr. Rodrigo Grevetti? A senhora sabe por que não foram obedecidas essas alterações?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sr. Presidente, desconheço essas razões. Apenas o que eu vi até, pelo jornais, o depoimento do presidente da comissão, declarou que entendeu que o parecer apontava caminhos e entendeu que, por conta disso, se adotasse aquelas indicações, atendessem as solicitações do parecer, teria então cumprido todas aquelas exigências.(...)” (destacou-se)

Na 13ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba realizada em data de 10/10/2013 foi ouvida a Srª. Cássia Ricardo Aragão, Presidente da Comissão Permanente de Licitações da URBS à época, sendo que do seu depoimento, destacam-se os trechos abaixo colacionados que evidenciam uma prévia orientação nas respostas concedidas, pois há contradições:

(...)

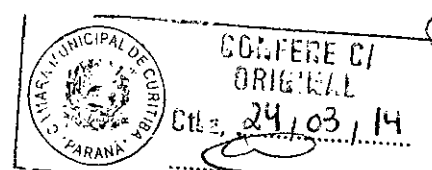
A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Na época eu já era presidente da Comissão Permanente de Licitações.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber da senhora, Dona Cássia, a senhora era a gerente de licitações. Seria esse o termo correto?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Correto.

O SR. PRESIDENTE:- Certo, e quais eram as atribuições dessa comissão e principalmente da senhora como gerente?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- As minhas atribuições como gerente sumariamente eram contribuir para que todos os trabalhos fossem feitos da forma mais correta dentro da legalidade, eu tinha que coordenar a equipe que estava sob meu comando, eu deveria verificar os treinamentos, deveria levar sugestões relativas às atividades permanentes de licitação, elaborar relatórios, representar a empresa dentro da área de licitação quando solicitada pela diretoria e pelo presidente. Sumariamente eram essas as minhas atividades.



(...)

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber quem elaborou o edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba. Foi a senhora?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- O edital de licitação do transporte coletivo foi elaborado por uma equipe técnica, equipe esta que faz parte do quadro da Urbs até hoje, na grande maioria, e a minha parte na elaboração do edital refere-se a todas as questões procedimentais de licitação.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber se a senhora tomou conhecimento de um parecer que leva o número 100/2009, que foi exarado no dia 18 de dezembro de 2009, e esse parecer determinava que a licitação não poderia prosseguir enquanto não fossem corrigidas aquelas distorções apontadas no parecer. A senhora chegou a tomar conhecimento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim, tomei conhecimento desse parecer. Só gostaria de esclarecer ao senhor que, no meu entendimento, nesse parecer não está descrito que a licitação não poderia prosseguir. Ali só está dito que deveriam ser sanadas algumas inconformidades para que o processo licitatório pudesse prosseguir. Só a título de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE:- Tenho aqui cópia do parecer, e está dito o seguinte: "Até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO poderá lograr prosseguimento". Então, essas inconformidades foram sanadas?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não tenho como responder, porque não era a minha área. Pelo que eu entendo e pelo meu conhecimento, essas irregularidades deveriam ter sido sanadas pela área técnica. (...) (grifou-se)

Segundo dispõe o art. 38, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93:

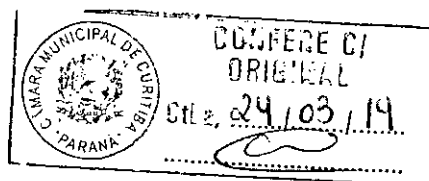
Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes DEVEM ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifou-se)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>6</sup> conceitua parecer como o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência. Leciona que, conforme ensinamentos de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, o parecer pode ser facultativo, obrigatório e vinculante:

<sup>6</sup> Ibidem. DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. p.222/223.



*O parecer é facultativo quando fica a critério da Administração solicitá-lo ou não, além de não ser vinculante para quem o solicitou. Se foi indicado como fundamento da decisão, passará a integrá-la, por corresponder à própria motivação do ato.*

*O parecer é obrigatório quando a lei o exige como pressuposto para a prática final do ato. A obrigatoriedade diz respeito à solicitação do parecer (o que não lhe imprime caráter vinculante). Por exemplo, uma lei que exija parecer jurídico sobre todos os recursos encaminhados ao Chefe do Executivo; embora haja obrigatoriedade de ser emitido o parecer sob pena de ilegalidade do ato final, ele não perde seu caráter opinativo. Mas a autoridade que não o acolher deverá motivar sua decisão [...].*

*O parecer é vinculante quando a Administração é obrigada a solicitá-lo e a acatar sua conclusão. Para conceder aposentadoria por invalidez, a Administração tem que ouvir o órgão médico oficial e não pode decidir em desconformidade com sua decisão [...].*

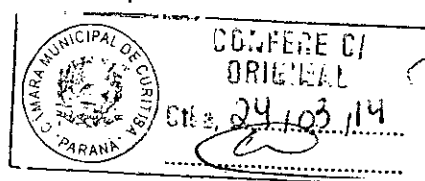
O Supremo Tribunal Federal, no MS n. 24.584/DF, ao analisar a possibilidade de responsabilização por parecer emitido nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações, modificou seu entendimento, apontando como regra, em determinadas hipóteses, a responsabilização do parecerista.

O Ministro Joaquim Barbosa, em voto-vista, com base em doutrina francesa, incidentalmente, observou a diferença de responsabilização que deve existir nas hipóteses de consulta facultativa, obrigatória e vinculante:

*[...] a autoridade não se vincula à consulta emitida na primeira hipótese, que é facultativa; fica obrigada a realizar o ato tal como submetido à consultoria na segunda hipótese, podendo agir de forma diversa após emissão de novo parecer e, na terceira hipótese, somente pode decidir de acordo com a consulta (STF - MS 24.584-1 - Rel. Min. Marco Aurélio - DJe 20.06.2008) (destacou-se)*

Então, firmou-se o entendimento de que, no caso de parecer lavrado na hipótese prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a atuação do administrador ficará condicionada ao exame e aprovação do órgão jurídico, tomando possível, em tese, eventual responsabilização solidária do parecerista.

Assim, de forma inovadora, o eminente Ministro Joaquim Barbosa adotou a doutrina francesa sobre a natureza jurídica dos pareceres no âmbito da





administração pública, defendendo que a sua análise deve ser centrada na obrigação que a lei impõe ou não ao administrador em realizar a consulta.

Diferenciou a existência de pareceres meramente opinativos, obrigatórios e outros que seriam vinculantes, como o adotado pela autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, estes últimos como sendo aqueles em que o administrador não poderia decidir senão nos termos da conclusão do parecer, existindo neste caso, verdadeira divisão de poder decisório.

Com base no julgamento do MS 24.584/DF, grande parte da doutrina e da jurisprudência pátria passaram a admitir que os pareceres emitidos pelos assessores jurídicos em obediência ao artigo 38, parágrafo único, não seriam meramente opinativos, mas sim ostentariam a natureza de verdadeira peça vinculativa.

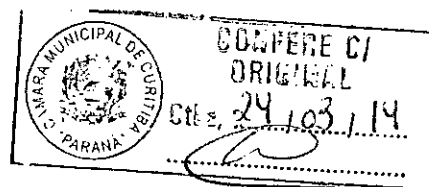
Vejamos outro excerto colacionado do julgado:

*Entendeu-se que a aprovação ou ratificação de termo de convênio e aditivos, a teor do que dispõe o art. 38 da Lei 8.666/93, e diferentemente do que ocorre com a simples emissão de parecer opinativo, possibilita a responsabilização solidária, já que o administrador decide apoiado na manifestação do setor técnico competente (Lei 8.666/93, art. 38, parágrafo único: 'As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração [...]') (MS n. 24.584/DF. Relator: Min. Marco Aurélio, 09/08/2007).*

Desta forma, o STF admitiu que, em determinadas circunstâncias, como na prevista no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, a responsabilidade solidária do parecerista seria perfeitamente possível.

Observou-se ainda que essa decisão vai ao encontro do disposto na Lei Complementar n. 73/93 — Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU), que atribui como competência expressa da AGU, entre outras atividades, examinar prévia e conclusivamente os textos dos editais, contratos e instrumentos congêneres, de forma que esse parecer se aproximaria mais de um visto do que propriamente de um parecer.

Tal entendimento já é aplicado pelo Tribunal de Contas da União, como se observa dos acórdãos abaixo:



11. Verifica-se que o legislador atribuiu relevante função à assessoria jurídica, qual seja, realizar um controle prévio da licitude dos procedimentos licitatórios e dos documentos mencionados no parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos. Aduzo que o parecer jurídico emitido nessas circunstâncias não possui um caráter meramente opinativo, como se depreende da leitura do seguinte trecho do Voto do ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Farias de Mello, proferido quando do julgamento do MS nº 24.584/DF: "a aprovação ou ratificação de termo de convênios e de aditivos, a teor do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, difere do que ocorre com a simples emissão de parecer opinativo".

12. Nesse mesmo sentido, este Plenário acolheu Voto da lavra do eminente Ministro Walton Alencar Rodrigues, do qual extraí o seguinte trecho (Acórdão nº 462/2003 – Plenário): "O parecer jurídico emitido por consultoria ou assessoria jurídica de órgão ou entidade, via de regra acatado pelo ordenador de despesas, constitui fundamentação jurídica e integra a motivação da decisão adotada."

(TCU. Acórdão nº 147/2006. Plenário; Rel. Benjamim Zymler. DOU 21/02/2006)

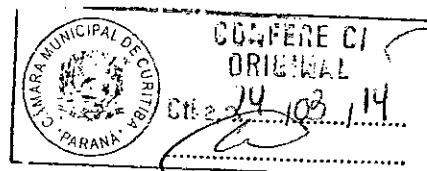
"Da leitura do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 (examinar e aprovar), combinada com a do art. 11 da Lei Complementar 73/1993 (examinar prévia e conclusivamente), depreende-se que, para prática dos atos nele especificados, o gestor depende de pronunciamento favorável da consultoria jurídica, revelando-se a aprovação verdadeiro ato administrativo. Sem ela, o ato ao qual adere é imperfeito."

(TCU. Acórdão nº 1337/2011. Plenário; Rel. Walton Alencar Rodrigues. DOU 01/06/2011)

"Lembro que o parecer jurídico é obrigatório no procedimento licitatório, nos termos do art. 38 da Lei de Licitações e, como tal, possui caráter até vinculante, podendo levar à responsabilização do parecerista, como apregoado no Acórdão 462/2003-Plenário."

(TCU. Acórdão nº 607/2011. Plenário; Rel. André Luis de Carvalho. DOU 21/03/2011)

Da leitura do dispositivo legal acima transcrito, qual seja, o art. 38, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93, a minuta do edital de licitação deve ser submetida à apreciação da Diretoria Jurídica da URBS, o que de fato ocorreu, como se observa do



Parecer juntado no processo licitatório às fls. 3.576 e seguintes, disponível no sítio eletrônico da URBS.

Da conclusão do referido documento, Parecer nº. 1.401/2009, emitido pelo advogado à época, Dr. Rodrigo Binoto Grevetti, homologado pela Diretora Jurídica à época, Dr<sup>a</sup>. Marilena Indira Winter, se denota a seguinte orientação, pois constatados vários vícios no edital e contrato:

*Ante a tudo que foi exposto, conclui-se que, até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO poderá lograr seguimento.*  
(destacou-se)

Como é possível observar, não há, ou não deveria haver discricionariedade do agente público no envio do novo edital para novo parecer pela assessoria jurídica, porém isso não ocorreu, o que demonstra evidente vício formal no certame.

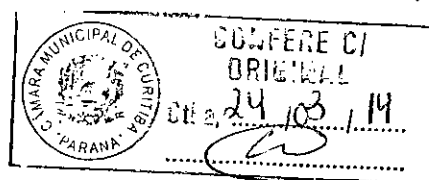
#### 4.1.3.2 – Das alterações promovidas no edital após o parecer.

Ainda, conforme parecer<sup>8</sup> elaborado em conjunto pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná - Senge-Pr, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – App-Sindicato, Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do Andes-Sn, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Empresas do Ramo Financeiro de Curitiba e Região – Bancários de Curitiba, Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná – Sindiurbano, vários foram os vícios apontados pelo Dr. Rodrigo Binoto Grevetti no parecer da URBS, conforme reprodução do trecho do relatório abaixo destacado:

*Os vícios apontados pelo parecerista como impeditivos da aprovação do material foram (i) ausência de indicação do valor que haveria de ser pago pela outorga, (ii) ausência de justificativa para a adoção dos índices previstos nos itens*

<sup>7</sup> Parecer da Diretoria Jurídica da URBS, datado de 18/12/2009.

<sup>8</sup> Relatório do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná - Senge-Pr, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – App-Sindicato, Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do Andes-Sn, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Empresas do Ramo Financeiro de Curitiba e Região – Bancários de Curitiba, Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná – Sindiurbano



6.1.2, 'c1', 'c2' e 'd' [2], todos relacionados à comprovação de idoneidade financeira, (iii) a ausência de justificativa a embasar item 7.1.2 [3] do edital e (iv) ausência de justificativa ao item 7.1.3 [4] e de demonstração de que a bilhetagem eletrônica seria meio de cobrança de tarifa razoavelmente difundido no país e (v) ausência de estudos a embasar a limitação da lucratividade das vencedoras do certame mediante a fixação da Taxa Interna de Retorno (TIR) de 8,95% .

2 Essa parte específica do primeiro edital consta das fls. 261-262.

3 Constante da fl. 266 o item em questão atribua pontos às concorrentes que comprovassem ter experiência na operação de linhas de transporte coletivo de passageiros em canaletas, corredores, vias ou faixas exclusivas na fase do julgamento das propostas.

4 Constante da fl. 267 o item em questão atribua pontos às concorrentes que comprovassem ter experiência na operação de sistema de transporte coletivo de passageiros com cobrança eletrônica de tarifa – Sistema de Bilhetagem Eletrônica – na fase do julgamento das propostas.

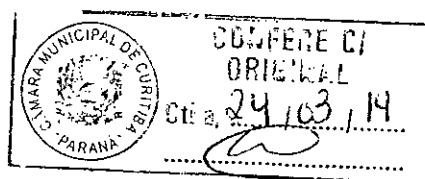
Em resposta às ponderações da Diretoria Jurídica pela impossibilidade de prosseguimento do certame manifestou-se (fls. 3.591/3.592) em 29/12/2009 o Sr. LUIZ FILLA, da área operações do transporte coletivo, no sentido de que existia parecer de consultoria especializada indicando o custo da outorga, abonando os índices de idoneidade financeira eleitos e abonando a TIR fixada – o que sanaria os vícios (i) e (ii) e (v) –, bem como defendeu a adequação do item 7.1.2 do edital, embora não tenha juntado aos autos qualquer estudo a embasar sua defesa – o que supostamente sanaria o vício (iii). Não houve manifestação específica quanto ao vício (iv).

Nesse ponto não se pode deixar de registrar que causa certa perplexidade a menção aos estudos de consultoria especializada feitos na manifestação datada de 29/12/2009 (fls. 3.591/3.592).

É que embora realmente conste dos autos estudo (fls. 6.945/6.958) realizado pela PERITUS ECONOMIA & SISTEMAS fixando o valor da outorga (fls. 6.952/6.955), tecendo considerações sobre os índices ligados à comprovação da idoneidade financeira (fls. 6.947/6.949) e abonando a fixação da TIR em 8,95% (fl. 6.951) o estudo em questão é datado de 28/12/2009, ou seja, apenas um dia antes da manifestação do Sr. LUIZ FILLA e após a data em que a primeira versão do edital já estava pronta, haja vista que a minuta do edital – por óbvio já acabada – foi remetida à apreciação da Diretoria Jurídica em 14/12/2009 (fl. 3.575).

Ante esse quadro, afigura-se inverossímil que a primeira versão da minuta do edital pudesse ter se baseado nos estudos especializados.

Prosseguindo, cumpre fazer algumas ponderações sobre a defesa do item



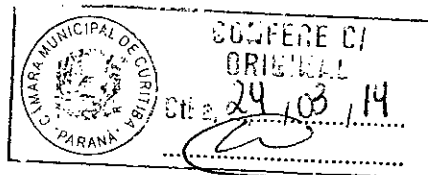
7.1.2. A manifestação exarada em resposta ao parecer jurídico sobre o ponto foi a seguinte:

2 – Quanto aos itens [sic] 2.3.5 que requer justificativa para a pontuação de experiência na operação de linhas de Transporte Coletivo de passageiros em canaletas, corredores, vias ou faixas exclusivas, apesar de característica pioneira e marcante na RIT (Rede Integrada de Transportes), está amplamente difundida nos sistemas de Transporte Coletivo nacional e internacional. A operação em canaletas, corredores, vias ou faixas exclusivas, pelo seu baixo custo de implantação comparativamente as [sic] tecnologias metroviárias levou o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de transportes [sic] e da Mobilidade Urbana, na formulação e materialização da política nacional de transportes e de mobilidade urbana a publicar em dezembro de 2008 a tradução para a língua portuguesa do livro “Bus Rapid Transit (BRT)” denominado manual do BRT, com guia de planejamento que mostra a experiência neste tipo de operação em mais de 40 cidades dos seis continentes , enfatizando no Brasil as cidades principais que já utilizam esta tecnologia operacional.

Como se percebe, em resumo, sustentou-se a difusão do sistema de operação de linhas de transporte coletivo de passageiros em canaletas, corredores, vias ou faixas exclusivas na fase do julgamento das propostas, sem que se cumprisse a determinação de apresentação dos estudos pertinentes.

Por oportuno e para destacar a necessidade de juntada dos estudos – e não de simples opinião de determinada autoridade administrativa ou mera remição a obra não disponibilizada para consulta – para que houvesse aprovação da assessoria jurídica da URBS pede-se vênha para transcrever o pertinente trecho do parecer (fl. 3.587):

O item 7.1.2 (fl. 266), pontua a experiência na operação de linhas de transporte coletivo de passageiros em canaletas, corredores, vias ou faixas exclusivas. A exigência é justificável haja vista que se trata de uma característica marcante no transporte coletivo de Curitiba a operação nessas circunstâncias. **Entretanto, para que a exigência se afigure válida e não frustre o caráter competitivo do certame, a Diretoria de Transportes deve apresentar justificativa amparada no estudo empreendido nesse sentido e anexa-los aos autos do processo licitatório.** (sem grifo no original)



Finalmente, no que diz respeito à apresentação de estudos sobre a difusão da operação de sistema de transporte coletivo de passageiros com cobrança eletrônica de tarifa – Sistema de Bilhetagem Eletrônica – de forma a não se frustrar o caráter competitivo do certame é de se registrar que nenhuma linha de justificativa foi apresentada, porém a pontuação que seria atribuída por esse critério foi retirada da versão final do edital [5]. (5. O item 7.1.3 do edital passou a prever pontuação às licitantes que conseguissem antecipar o início das operações do sistema).

Ante tal quadro de desatendimento, no mínimo parcial, das condições impostas pelo órgão de assessoria jurídica seria de se presumir que as minutas do edital e do contrato não seriam aprovadas quando fossem novamente submetidas ao órgão competente.

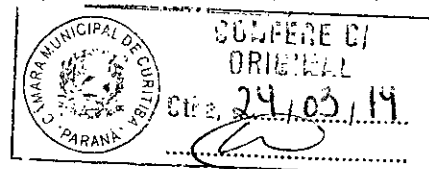
A suposição em tela, contudo, é de impossível comprovação, eis que ao contrário do que seria de se esperar não houve nova submissão do material à Diretoria Jurídica para que ela aprovasse as minutas, como exige o já mencionado parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/936, antes que se prosseguisse com o certame.

Embora **não tenha havido aprovação do órgão consultivo** e, como se demonstrou acima, não tenha havido integral atendimento das providências por ele solicitadas, o **processo licitatório prosseguiu como se a assessoria jurídica tivesse aprovado o edital e o respectivo contrato**, ocorrendo a seguir a publicação do instrumento convocatório e todas as ulteriores fases do processo licitatório.

Para demonstrar que a Administração considerou que as falhas apontadas pela Diretoria Jurídica foram supridas é de se ressaltar trecho do relatório (fls. 12.648/12.653) que antecedeu a homologação do certame e a adjudicação de seu objeto:

No dia 14 de dezembro de 2009 foi encaminhado o processo para análise e parecer da Diretoria Jurídica. Acostado ao processo em questão, encontra-se o Parecer da Diretoria Jurídica da URBS DJU/1401/2009, o qual sugere adequações ao Edital, cujos termos foram devidamente atendidos. (sem grifo no original)

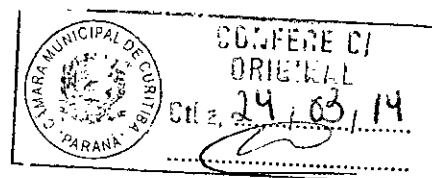
Em razão do apontado, conclui-se pela ilegalidade formal do processo a partir da fl. 3.590 pela ausência da aprovação do edital e respectivo contrato pelo órgão



de assessoria jurídica ao qual cabia a análise de tais peças.

Analisando-se ainda o parecer, vislumbra-se uma série de alterações realizadas no edital de licitação após o parecer da URBS, valendo colacionar no presente relatório desta CPI a tabela constante do documento, mostrando pontualmente todas as mudanças realizadas:

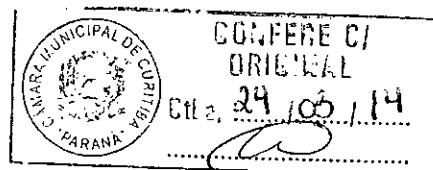
Edital			
Item	Primeira versão	Segunda versão	Observação
<u>1.2.1</u>	Disposição inexistente na primeira versão.	A participação percentual de cada lote no sistema será mantida durante a vigência contratual, ocorrerá revisão quando eventuais modificações do sistema acarretarem desequilíbrio entre os lotes superior a 5% (cinco por cento) do valor original atualizado do contrato;	Criação de mecanismo de compensação entre os lotes na hipótese de ocorrer superveniente desequilíbrio entre eles no curso da concessão.
2.3.1	R\$......( ..... ) pelo Lote 1	R\$ 81.072.100,50 (oitenta e um milhões, setenta e dois mil, cem reais e cinquenta centavos) pelo Lote 1;	Indicação do valor a ser pago pela outorga da concessão.
2.3.2	R\$......( ..... ) pelo Lote 2	R\$ 74.577.233,88 (setenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) pelo Lote 2;	Indicação do valor a ser pago pela outorga da concessão.

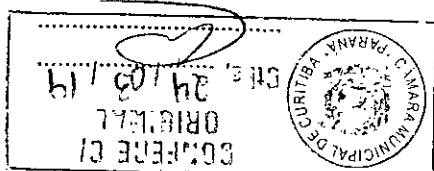


2.3.3	R\$ (.....) pelo Lote 3	R\$ 96.350,65,67 (noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) pelo Lote 3.	Ampliação do valor a ser pago pela outorga de concessão.	Indicação de valor a ser pago pela outorga de concessão.	2.3.4.3	50 serão aceitos créditos que, no ato da compensação, se comprovarem estar livres e desembaracados de ônus de quaisquer natureza.	50 serão aceitos créditos que, no ato da compensação, se comprovarem estar livres e desembaracados de ônus de quaisquer natureza.	2.3.5	O não pagamento dos valores referentes à outorga em conformidade com as disposições contidas no item 2.3 ensejara a decadência do direito de contratar o objeto da presente licitação.	2.3.6	O não pagamento dos valores referentes à outorga em conformidade com as disposições contidas no item 2.3 ensejara a decadência do direito de contratar o objeto da presente licitação com a consequente execução da garantia da proposta.	2.3.7	Inclusão de imposição de penalidade e eventuais ganhos de que não requeiram o pagamento da outorga temporária.	2.3.8	Redução substancial do valor de investimentos autorizados e prorrogação da concessão.	3.2.1	Consideram-se elevados investimentos, para fins do disposto no item 3.2, aqueles cujo valor nominal seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por lote.	4.1.2	A participação na licitação, entendida como a entrega dos envelopes 1, 2 e 3, sem a aceitação manifestada na forma e prazo legal, implica na aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, na Lei Municipal nº 12.597/2008, no Decreto Municipal nº 1.356/2008, e de todos os anexos.	4.2.8	A participação na licitação, entendida como a entrega dos envelopes 1, 2 e 3, sem a aceitação manifestada na forma e prazo legal, implica na aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, na Lei Municipal nº 12.597/2008, no Decreto Municipal nº 1.356/2008, e de todos os anexos.	Que tiveram controle societário (comunais).	Que tiveram controle societário (Que tiveram controle societário (comunais).	Supressão de texto.
-------	-------------------------	--	--	--	---------	---	---	-------	--	-------	---	-------	--	-------	---	-------	---	-------	---	-------	---	---	--	---------------------



	independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante de outro consórcio, que concorra nesta licitação, ainda que para lotes distintos, ressalvado o caso de empresas inseridas dentro de um mesmo proponente, ou seja, de um mesmo consórcio licitante o qual poderá ser formado por empresas do mesmo grupo econômico ou que tenham controle societário ou sócios comuns.	comuns), independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante de outro consórcio, que concorra nesta licitação, ressalvado o caso de empresas inseridas dentro de um mesmo proponente, ou seja, de um mesmo consórcio licitante o qual poderá ser formado por empresas do mesmo grupo econômico ou que tenham controle societário ou sócios comuns.	
4.2.9	Participação em consórcios distintos de uma mesma empresa, diretamente ou por controladora, controlada, coligada, ou de empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial para concorrer ao mesmo lote.	Participação de empresa consorciada, no mesmo lote, através de mais de um consórcio ou isoladamente.	Alteração de texto.
4.3.3	Texto parcialmente legível.	Em consonância com o disposto no inciso III, do artigo 23, da Lei nº 8.666/1993, para efeitos de qualificação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciada, ressalvado o disposto no item 6.1.4, alínea 'a.3' e, para efeitos de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciada, na proporção de sua respectiva participação.	Prejudicado.
6.1.2.c1	Índice de "Liquidez Corrente" (LC) superior a 0,50 (zero vírgula cinco), obtido através da seguinte fórmula, devendo, em sua aplicação, ser mantida 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, sem qualquer tipo de arredondamento:  LC= $\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	Vide observação.	Não há previsão de índice de liquidez corrente na segunda versão. O item 6.1.2.c1 da segunda versão diz respeito ao índice de endividamento geral



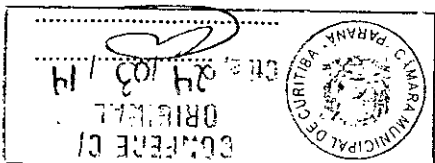


Reduziu-se o tamanho da fonte para ser possível colocar a fórmula na tabela. A fórmula é (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) dividido por Ativo Total.

Reduziu-se o tamanho da fonte para ser possível colocar a fórmula na tabela. A fórmula é (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) dividido por Ativo Total.

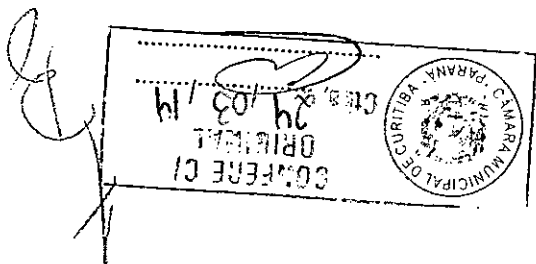
[illegible]

Ônibus, pertencente e compatível com o objeto da presente licitação, com frota operante mínima de 150 (cento e cinquenta) ônibus, operados por um período igual ou superior a 60 (sessenta) meses.	Item inexistente no primeiro edital. O item 6.1.5.a.2 corresponde ao subsequente do segundo edital.	6.1.5.a.2	Toda a documentação necessária à habilitação deverá ser relacionada, separada, e colacionada e numerada, inclusive a(s) capa(s) e subcapa(s), preferencialmente na ordem estabelecida neste Edital e ser apresentada preferencialmente em 2 (duas) vias.	6.5	A documentação necessária à habilitação deverá ser relacionada, separada, e numerada, inclusive a(s) capa(s) e subcapa(s), preferencialmente na ordem estabelecida neste Edital.	Supressão da preferência por entrega de documentação em duas vias.	Alteração da pontuação de quesito.	7.1.1.1 (tabela)	7.1.2	Experiência na operação de linhas de transporte coletivo de passageiros, em canaletas, de passageiros, que na maior experiência na operação de linhas de transporte coletivo de passageiros, que na maior
de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.	de passageiros, com veículo do tipo ônibus, pertencente e tempo de operação.



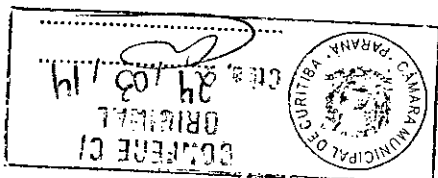
8

1

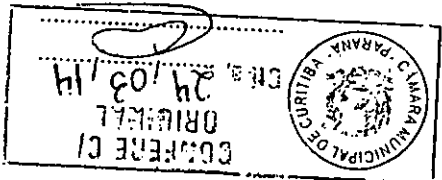


8.3	Custo/km médio final	Pontos	Custo/km médio final	Pontos	Alteração da pontuação de
7.1.3	E3 - NXT  Etiquetas abaixo: acordo com os critérios e máximo, 10 (dez) pontos, de item serão considerados, no atestado apresentado. Para este operação (T), conforme tempo em meses completos de bilhetagem eletrônica (N) pelo transporte que utiliza a operam em um sistema de ou sem validadores, que veículos de frota operante, com multiplicação do número de resultado gerado pela bilhetagem eletrônica (E3), eletrônica de tarifa - Sistema de de passageiros com cobrança sistema de transporte coletivo Experiência na operação de			Proposta de Antecipação do Prazo de início de Operação. A pontuação referente ao operação de sistema de cobrança obtida através da análise de declaração de Antecipação de Prazo de início da Operação, não apresentada pelo proponente, conforme Modelo do Anexo IX do presente Edital. A pontuação será definida conforme Tabela a seguir:	Créio-se novo questão (não submetido à assessoria jurídica) para a fase de julgamento: a proposta de antecipação do prazo de início de operação, valendo no máximo 20 pontos.
	E2 = NXT  Etiquetas abaixo: acordo com os critérios e máximo, 10 (dez) pontos, de item serão considerados, no atestado apresentado. Para este operação (T), conforme tempo em meses completos de bilhetagem eletrônica (N) pelo tempo número de veículos que operam gerado pela multiplicação do ou faixas exclusivas (E2), resultados em faixas exclusivas, vias operam de seu trajeto opere		E2 = NXT  Etiquetas abaixo: acordo com os critérios e máximo, 10 (dez) pontos, de item serão considerados, no atestado apresentado. Para este operação (T), conforme tempo em meses completos de operação apla a gerar exclusivas vias ou faixas condições, canais, de linha operação de		regime exclusivamente trajeto, e não porção do deixe apenas julgamento se fase de pontos na apla a gerar exclusivas vias ou faixas condições, canais, de linha operação de

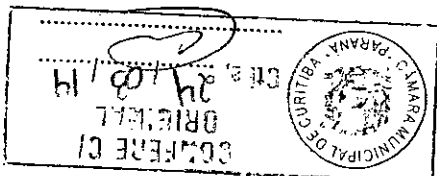
questão.	100	1ª Menor	custo/km	Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem sua interposição, o Presidente da Comissão Especial de Licitação encaminhará o processo administrativo à autoridade competente, para, a seu critério, homologar o procedimento licitatório e adjudicar o seu objeto às licitantes classificadas em primeiro lugar, com a oportuna convocação das adjudicatárias para subscreverem os contratos respectivos.	10.4.2	As adjudicatárias serão convocadas para, no prazo de 10 (dez) dias, a data do recebimento da convocação, firmar os contratos respectivos, nos termos da minuta constante do ANEXO XVI, atendidas as seguintes exigências:	12.1	A remuneração das concessões estará sujeita aos procedimentos de verificação de qualidade, conforme índices de qualidade, conforme previsto no art. 71 do Decreto Municipal nº 1.356/2008.	14.1.3
	90	2ª Menor	custo/km						
	80	3ª Menor	custo/km						
	70	4ª Menor	custo/km						
	60	5ª Menor	custo/km						
	50	6ª Menor	custo/km em diante						
	50	7ª Menor	custo/km em diante						
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de licitação à autoridade superior para homologação.				Alteração de prazo.					
Mudança da autoridade responsável pelo encaminha-mento do processo de lic									



Handwritten signature and initials.



adjetivo	Alteração de redação	VR - valor do custo/km médio final repactuado; Custo/km médio final = valor do custo/km médio final vigente; VR - Variação Total dos fatores de correção (em percentual); de correção (em percentual);	Índice de variação de [...];	Alteração de redação	Alteração de Diesel - variação do preço unitário do litro de Diesel, considerado o valor médio de compra levantado pelo Agência Nacional do Petróleo - ANP nos postos do Município de Curitiba, anualmente observado também o disposto no art. 111 do Decreto Municipal nº 1.356/2008.	Alteração substancial de índice a ser utilizado nos registros a serem feitos - ANP nos postos do Município de Curitiba, anualmente observado também o disposto no art. 111 do Decreto Municipal nº 1.356/2008.	Alteração de licitante vencedora do certame, durante todo o prazo da concessão, deverá manter garantia de execução do objeto do contrato, prestada pelas licitantes que correspondente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para cada lote.	Agravaimento da pena de desclassificação a que não se assiste o contrato no prazo estabelecido, implicará na perda do contrato e na execução da garantia da proposta.	16.1	Assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, implicará na imposição de multa correspondente a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), reajustada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescida de juros na forma da lei.	16.0	As penalidades relativas à prestação de serviço serão aplicadas de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 12.597/2008 e no Decreto Municipal nº 1.356/2008.	As penalidades relativas à prestação de serviço serão aplicadas de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 12.597/2008 e no Decreto Municipal nº 1.356/2008, com suas alterações estabelecidas através do Decreto nº 1.649
----------	----------------------	---	------------------------------	----------------------	--	--	---	---	------	--	------	--	--

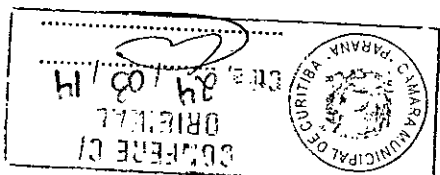


9 Haja vista que as mesmíssimas alterações constantes do lote 1 do Anexo III também foram realizadas nos lotes 2 e 3 optou-se por se transcrever os textos primitivos e alterações apenas daquele lote para evitar redundância. Registra-se, para permitir a oportuna conferência, que os textos original e alterado do lote 2 constam, respectivamente, das fls. 2.751/2.781 e 6.096/6.125 e do lote 3, respectivamente, das fls. 2.762/2.812 e 6.127/6.157.

Item	Primeira versão (fls. 2.720/2.750)	Para o cálculo inicial e correção	Segunda versão (fls. 6.065/6.095)	Para o cálculo inicial e correção	Observação
4.1, parte					Alteração

Anexo III - Lote 1º

17.3	Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos no local estabelecido para o envio dos envelopes nº 1, nº 2 e nº 3, no prazo mencionado no dispositivo anterior.	As novas Concessionárias deverão ter como prioridade na contratação de sua mão-de-obra, os funcionários vinculados ao sistema, observadas as condições de custo e jornadas de trabalho estabelecidas nos acordos coletivos de cada categoria, bem como observadas as exigências estabelecidas no Decreto Municipal nº 1.356/2008.	de 17 de dezembro de 2009, através do Decreto nº 1.649
17.9	As novas Concessionárias deverão ter como prioridade na contratação de sua mão-de-obra, os funcionários vinculados ao sistema, observadas as condições de custo e jornadas de trabalho estabelecidas nos acordos coletivos de cada categoria, bem como observadas as exigências estabelecidas no Decreto Municipal nº 1.356/2008.	As novas Concessionárias deverão ter como prioridade na contratação de sua mão-de-obra, os funcionários vinculados ao sistema, observadas as condições de custo e jornadas de trabalho estabelecidas nos acordos coletivos de cada categoria, bem como observadas as exigências estabelecidas no Decreto Municipal nº 1.356/2008.	de 17 de dezembro de 2009, através do Decreto nº 1.649

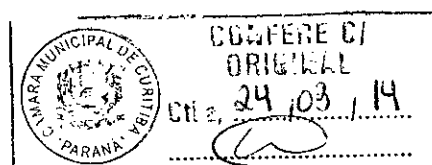


Em relação às alterações levadas a cabo na minuta do contrato que fora submetido à Diretoria Jurídica da URS, apurou-se as seguintes diferenças:

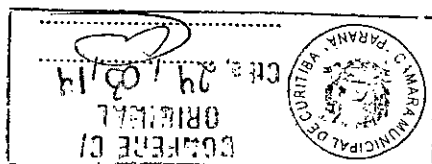
			variação de preço dos veículos de outros tipos adquiridos.	
Final - cobus- nível	perdida deste insumo considera-se para o preço unitário do litro de diesel o menor preço entre o cotado pelas distribuidoras e o valor médio de compra levantada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, observado também o disposto no artigo 112 do Regulamento de Transporte Coletivo.		Introdução de A correção periódica será de acordo com a variação dos preços dos veículos obtidos através das notas fiscais, na hipótese de ocorrer não havendo sistema. Não havendo aquisição de um determinado tipo de veículo no período poderá ser utilizado a variação de preço dos veículos de outros tipos adquiridos.	Supressão de nota explicativa.
Final - parte	4.4. da frota cadastrada no sistema. A correção periódica será de acordo com a variação dos preços dos veículos obtidos através das notas fiscais, na hipótese de ocorrer não havendo sistema. Não havendo aquisição de um determinado tipo de veículo no período poderá ser utilizado a variação de preço dos veículos de outros tipos adquiridos.		Supressão de nota explicativa.	Supressão de nota explicativa.
5.6	A correção de custo será conforme acordo coletivo. Este custo se vinculando ao custo mensal de pessoal de operação com encargos, para avaliação futura o percentual está calculado em 7,71%.		Supressão de nota explicativa.	Supressão de nota explicativa.
5.1.1	A correção periódica do custo/km será de acordo com o índice inflacionário. Este custo vinculado ao custo mensal de pessoal de operação com encargos, para avaliação futura o percentual está calculado em 6,64%.		Supressão de nota explicativa.	Supressão de nota explicativa.
2.1	A correção periódica será de acordo com a variação dos preços dos veículos obtidos através das notas fiscais, na hipótese de ocorrer não havendo sistema. Não havendo aquisição de um determinado tipo de veículo no período poderá ser utilizado a variação de preço dos veículos de outros tipos adquiridos.		Supressão de nota explicativa.	Supressão de nota explicativa.



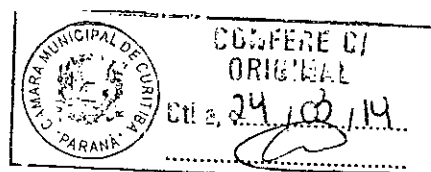
Contrato			
Item	Primeira versão	Segunda versão	Observação
1.3	Disposição inexistente na versão original.	A participação percentual de cada lote no sistema será mantida durante a vigência contratual, podendo ocorrer revisão quando eventuais modificações do sistema acarretarem desequilíbrio entre os lotes superior a 5% (cinco por cento) de valor original atualizado do contrato.	Criação de mecanismo de compensação entre os lotes na hipótese de ocorrer superveniente desequilíbrio entre eles no curso da concessão. Decorrente da alteração do item 1.2.1 do edital.
2.3	A data de início da prestação dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do Contrato.	A data de início da prestação dos serviços é de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do Contrato.	Redução do termo inicial da prestação dos serviços a partir da assinatura do Contrato.
6.1	Os serviços deverão ser prestados de forma a garantir a satisfação dos usuários, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei Municipal n° 12.597/2008, Decreto Municipal n° 1.356/2008, no presente Edital e seus anexos, com rigoroso cumprimento dos itinerários, viagens e horários programados das linhas de transporte coletivo, características da frota, tarifas e pontos de parada definidos pela CONCEDENTE.	Os serviços deverão ser prestados de forma a garantir a satisfação dos usuários, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei Municipal n° 12.597/2008, Decreto Municipal n° 1.356/2008, com suas alterações estabelecidas através do decreto n.º 1.649 de 17 de dezembro de 2009, no presente Edital e seus anexos, com rigoroso cumprimento dos itinerários, viagens e horários programados das linhas de transporte coletivo,	Acréscimo de referência ao Decreto n.º 1.649, de 17 de dezembro de 2009, que promoveu alterações no Decreto Municipal n° 1.356/2008, ao se tratar de legislação aplicável.



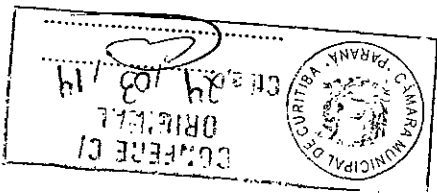
B

[illegible]

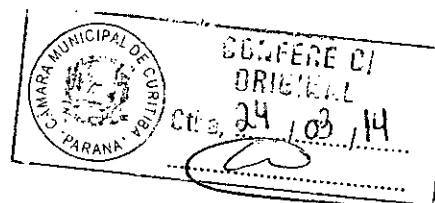
	Agência Nacional do Petróleo – ANP nos postos do Município de Curitiba, observado também o disposto no art. 111 do Decreto Municipal 1.356/2008.	Município de Curitiba, observado também o disposto no art. 111 do Decreto Municipal 1.356/2008.	do litro do diesel. Decorrente das alterações nos itens 14.2.3.1 / 14.2.1.1 do edital e 4.1 do Anexo III.
8.2.3.6	As consultas de preço necessárias à composição dos fatores de correção serão empreendidas pela CONCEDENTE.	As consultas de preço necessárias à composição dos fatores de correção serão empreendidas pela CONCEDENTE e divulgadas às CONCESSIONÁRIAS.	Acréscimo de texto no qual se explicita que as consultas realizadas pela Administração serão disponibilizadas às contratantes.
8.2.6	Os benefícios e incentivos concedidos pelos governos federal, estadual e municipal serão considerados como fatores imprevisíveis para fins de manutenção da equação econômico-financeira.	Os benefícios e incentivos concedidos pelos governos federal, estadual e municipal, bem como as alterações das alíquotas de tributos ou preços públicos serão considerados como fatores previsíveis para fins de manutenção da equação econômico-financeira.	Alteração substancial, a favor da Administração Pública, da forma como medidas de ordem tributárias haveriam de ser interpretadas para fins de manutenção da equação econômico-financeira.
10.1.8	Para linhas com receita pública, recolher e responsabilizar-se pelo repasse total à CONCEDENTE, dos valores originários dos usuários que não utilizam cartão transporte;	Informar os valores originários dos usuários que não utilizam cartão transporte;	Alteração substancial da forma como os recursos derivados do pagamento da tarifa por usuários que não utilizem cartão transporte devem ser tratados.

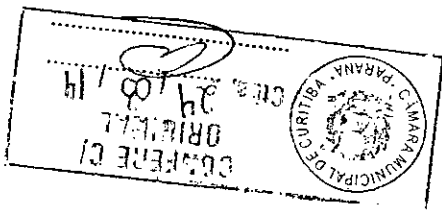


Garantir a segurança e a integridade física dos usuários e possibilidades, a segurança e redução da responsabilidade de trabalhadores do Sistema de Transporte Público de Curitiba, incluindo mecanismos de controle, monitoramento, cumprimento das determinações da CONDECENTE, vigilância, cumprimento das determinações de segurança, tecnologia e cobertura de acidentes pessoais adequados aos custos tarifários;	Promover a desmilitarização nos veículos, terminais e estações sob sua responsabilidade;	Disponibilizar na versão original.	10.1.17	A concessão inclui a prestação de serviços mediante disponibilização de veículos para deslocamentos em atividades de interesse público e social, com remuneração da quilometragem excedente aquela ofertada na Proposta Técnica, de acordo com o art. 14 do Decreto Municipal nº 1.356/2008.	A inadimplência da CONCESSIONÁRIA com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a CONDECENTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato de concessão.
Alteração que	Alteração que	Alteração que	Alteração que	Alteração que	Alteração que
10.1.14	10.1.24	10.1.17	10.2	10.3	10.3

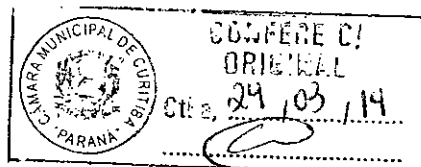


	concessão, razão pela qual a CONCESSIONÁRIA não gerando qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONCEDENTE.	contrato de concessão, não gerando qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONCEDENTE.	
12.1.1	A fiscalização dos serviços objeto deste Contrato caberá aos funcionários Edson Luiz Berleza, matrícula n.º 80.863, Elcio Luis Karas, matrícula n.º 80.868 e Luiz Filla, matrícula n.º 80.865, e, todos vinculados à Diretoria de Transportes da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. que poderá delegar esta atribuição.	A fiscalização dos serviços objeto deste contrato será realizada pela Diretoria de Transporte da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. que poderá delegar esta atribuição.	Alteração de responsável pela fiscalização.
12.2.9	Periodicamente a fiscalização será feita pelo Conselho Municipal de Transporte, nos termos do art. 30, parágrafo único da Lei n.º 8.987/1995, e art. 105 do Decreto Municipal n.º 1.356/2008.	Periodicamente a fiscalização será feita pelo Conselho Municipal de Transporte, nos termos do art. 30, parágrafo único da Lei n.º 8.987/1995, e art. 105 do Decreto Municipal n.º 1.356/2008, com suas alterações estabelecidas através do decreto n.º 1.649 de 17 de dezembro de 2009.	Acréscimo de referência ao Decreto n.º 1.649, de 17 de dezembro de 2009, que promoveu alterações no Decreto Municipal n.º 1.356/2008, ao se tratar da legislação aplicável.
13.1	Pelo não cumprimento das disposições constantes da Lei Municipal n.º 1.2697/2008, Decreto Municipal n.º 1.356/2008 e demais normas legais aplicáveis, bem como o presente contrato, observado o disposto na Lei n.º 8.987/1995, serão aplicadas à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:	Pelo não cumprimento das disposições constantes da Lei Municipal n.º 1.2697/2008, Decreto Municipal n.º 1.356/2008, com suas alterações estabelecidas através do decreto n.º 1.649 de 17 de dezembro de 2009 e demais normas legais aplicáveis, bem como o presente contrato, observado o disposto na Lei n.º 8.987/1995, serão aplicadas à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:	Acréscimo de referência ao Decreto n.º 1.649, de 17 de dezembro de 2009, que promoveu alterações no Decreto Municipal n.º 1.356/2008, ao se tratar da legislação aplicável.
13.3.3	A penalidade de multa está fixada em valor correspondente a determinado número de quilômetros rodados, conforme definido no ANEXO I do Decreto Municipal n.º 1.356/2008.	A penalidade de multa está fixada em valor correspondente a determinado número de quilômetros rodados, conforme definido no ANEXO I	Acréscimo de referência ao Decreto n.º 1.649, de 17 de dezembro de 2009, que



[illegible]

	serviço efetuada até então pela CONCESSIONÁRIA.		
17.2	Consideram-se elevados investimentos, para fins do disposto no item anterior, aqueles cujo valor nominal seja superior ao valor de atualizado da outorga pago pela CONCESSIONÁRIA no momento da contratação.	Consideram-se elevados investimentos, para fins do disposto no item anterior, aqueles cujo valor nominal seja superior ao valor de R\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de reais) atualizado à época.	Alteração substancial do valor do investimento a ser considerado elevado para o fim de se permitir a prorrogação da concessão de 15 (quinze) para 25 (vinte e cinco) anos. Decorrente da alteração no item 3.2.1 do edital.
18.1	A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CONCEDENTE os relatórios contábeis abaixo relacionados, em conformidade com o disposto no item 6, do ANEXO I deste Edital, nos prazos assinalados:	A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CONCEDENTE os relatórios contábeis abaixo relacionados, em conformidade com o disposto no item 6 do Edital de Licitação que antecedeu a presente contratação, nos prazos assinalados:	Alteração.
19.1	A CONCESSIONÁRIA, depositou a garantia exigida para a execução do presente Contrato, no valor de .....00 (.....), correspondente a 0,6% (zero virgula seis por cento) do valor do contrato.	A CONCESSIONÁRIA, depositou a garantia exigida para a execução do presente Contrato, no valor de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).	Alteração substancial da garantia a ser prestada pelas licitantes que vencerem o certame. Decorrente da alteração no item 15.1 do edital.
21.3	Disposição inexistente na versão original.	O volume de créditos-transporte em poder dos usuários e ainda não utilizados no Sistema imporão à CONCESSIONÁRIA o dever de transportar seus titulares.	Impõe aos concessionários a obrigação de aceitarem créditos-transporte adquiridos antes de sua contratação.
21.3.1	Disposição inexistente na versão original.	Os créditos-transporte adquiridos e não utilizados durante a vigência da presente concessão, ao seu término, imporão ao concessionário subsequente a obrigação de transportar os usuários deles titulares.	Disposição que pretende criar a terceiros (os próximos concessionários) a obrigação de aceitar créditos-transporte adquiridos na vigência da presente concessão.



É importante observar que a maioria das alterações promovidas não modificaram significativamente o conteúdo, porém algumas mudanças foram substanciais ao edital e contrato, sendo imprescindível, portanto, que fosse novamente analisado à época pela assessoria jurídica com a emissão de novo parecer, cumprindo o que determina o parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

Dentre as principais modificações substanciais, se destacam as apontadas no Parecer dos Sindicatos, que as dividiu em duas categorias:

*1ª categoria: itens 21.3.1 do contrato;*

*2ª categoria: itens 3.2.1, 6.1.2.c1, 6.1.2.c2/6.1.2.c1, 6.1.2.d, 14.2.3.1/14.2.1.1 e 15.1, todos do edital;*

A principal alteração realizada, a do item 3.2.1, só reforça a tese de direcionamento da licitação para que as empresas que já operavam o sistema de transporte coletivo de Curitiba vencessem o certame.

O edital previu a possibilidade de prorrogação da concessão do serviço público de quinze para vinte e cinco anos, independentemente da realização de nova licitação, "nos casos de elevados investimentos em bens reversíveis, decorrentes de fato superveniente, não sendo considerado para esse fim investimento na renovação e ampliação de frota".

Note-se que na versão anterior do edital, consideravam-se elevados investimentos aqueles cujo valor nominal fosse superior ao valor atualizado da outorga, porém, o edital foi alterado, baixando o valor para R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por lote.

Essa alteração, segundo o parecer dos Sindicatos, diminuiu o valor base para se considerar investimento elevado, facilitando, no entendimento desta relatoria, a continuidade dos consórcios que venceram a licitação na prestação dos serviços sem a necessidade de realização de nova licitação:

"A redação final do item do edital, todavia, diminuiu drasticamente o que se deveria considerar investimentos elevados, reduzindo para todos os lotes o montante para R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seja, pouco menos de 54% (cinquenta e quatro por cento) do lote mais barato e aproximadamente 41%.

